

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

T1711 Tanzi Neto, Adolfo (org.).
Linguística Aplicada de Resistência: transgressões, discursos e política / Organizador: Adolfo
Tanzi Neto; Prefácio de Cláudia Hilsdorf Rocha. – 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.
il.; quadros; fotografias.

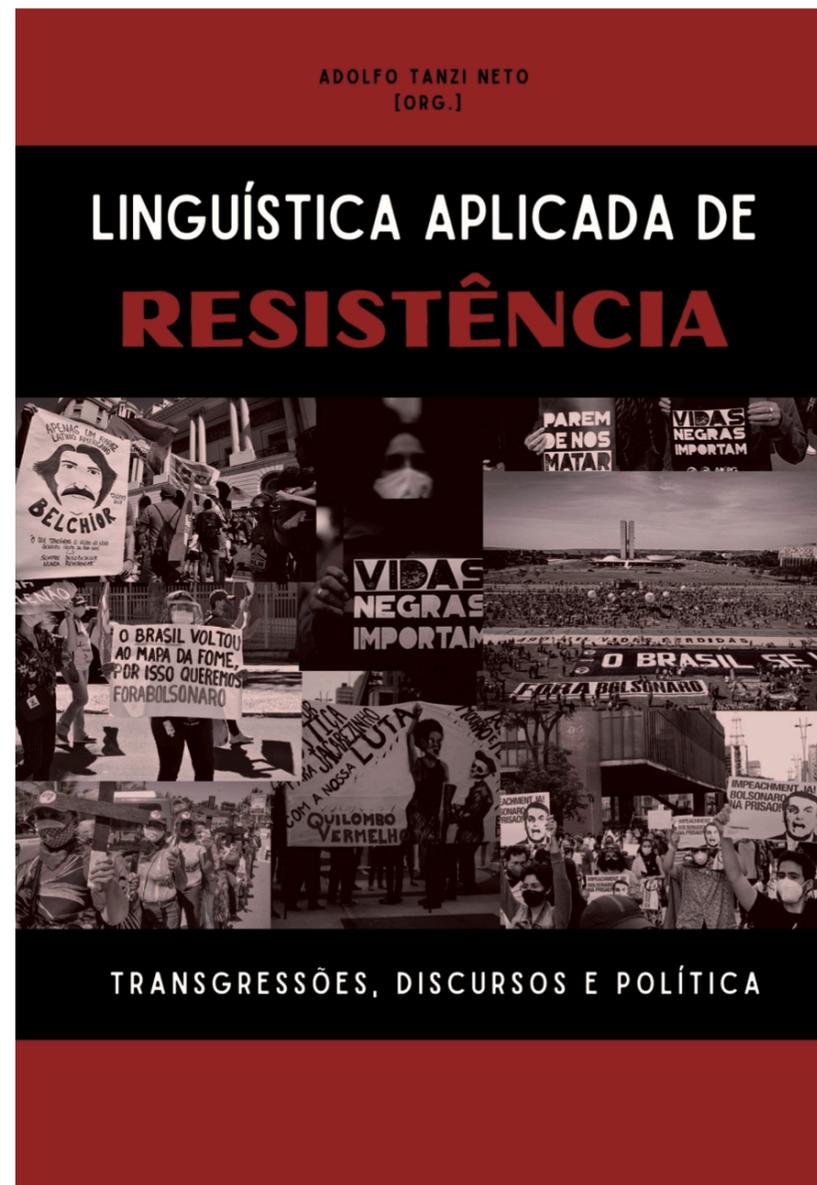
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-272-3.

1. Educação. 2. Linguística Aplicada. 3. Prática Pedagógica.
I. Título. II. Assunto. III. Tanzi Neto, Adolfo.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Política. 320
2. Formação de professores – Estágios. 370.71
3. Didática - Métodos de ensino instrução e estudo – Pedagogia. 371.3
4. Linguística Aplicada. 468



SUMÁRIO

PREFÁCIO	
UM POSSÍVEL PREFÁCIO EM TEMPOS DE LUTO: PORQUE <i>RESISTIR</i> <i>É PRECISO</i> – E SEMPRE (INS)URGENTE	11
Cláudia Hilsdorf Rocha	
LINGUÍSTICA APLICADA DE RESISTÊNCIA: AGÊNCIA RADICAL, TRANSGRESSÕES E POLÍTICA PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ESCOLAR	25
Adolfo Tanzi Neto Larissa Picinato Mazuchelli Vanessa Moreno Mota	
CRITICIDADE COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA: INTERSECÇÕES ENTRE OS ESTUDOS DE LETRAMENTOS E A LA INDISCIPLINAR.....	47
Rogério Tílio Paula Tatianne Carrera Szundy	
<i>ETHOS</i> E CONSTRUÇÃO DE IMAGENS NEGATIVAS DE ADVERSÁRIOS NO DISCURSO POLÍTICO: UMA REFLEXÃO ILUSTRADA.....	71
Adail Sobral Karina Giacomelli	
ESCOLAS E PARTIDOS: IDEOLOGIAS, LETRAMENTOS E DECOLONIALIDADE	97
Ana Paula Marques Beato-Canato Clarissa Menezes Jordão	
COLABORAÇÃO CRÍTICA NA FORMAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA: QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	121
Maria Cecília C. Magalhães Maria Otilia G. Ninin Viviane L. S. Carrijo	

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA SENSIBILIZAÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA AMPLIADA E CONTEMPORÂNEA	149
Ana Amélia Calazans da Rosa Aryane Santos Nogueira	
AS BALBÚRDIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: ENTRE A EDUCAÇÃO- RESISTÊNCIA E A (DES)EDUCAÇÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO DO BRASIL.....	177
Grassinete C. de Albuquerque Oliveira Paula Tatiana da Silva-Antunes	
TEMPOS DE RESISTÊNCIA: O DISCURSO CARNAVALESCO DA PARAÍSO DO TUIUTI EM 2018	205
Luiz Carlos Villalta Ronaldo Corrêa Gomes Junior Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva	
UMA REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS DE MANIPULAÇÃO, RESISTÊNCIA E ATIVISMO BASEADA EM PRÁTICAS DE TRADUÇÃO POLÍTICA NAS REDES SOCIAIS	231
Érica Lima Janine Pimentel	
CIBORGUE, BRUXA, PROFESSORA E O QUE MAIS ELA QUISER SER: EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA DE INGLÊS NA UNIVERSIDADE	259
Gabriela Claudino Grande	
CULTURAS PARA UMA LA CONTEMPORÂNEA: RESISTÊNCIAS E PERSISTÊNCIAS.....	287
Christine Nicolaides Renata Archanjo	
DISCURSO DA NATURALIZAÇÃO DE ESTUPROS MASCULINOS: SENTIDOS DE VIRILIDADE EM CONTOS HOMOERÓTICOS	315
Dánie Marcelo de Jesus Gabriel Oliveira	

É POSSÍVEL TRANSGREDIR O ENSINO DE PRONÚNCIA NA SALA DE AULA
DE LÍNGUA INGLESA? REFLEXÕES COM ESTUDANTES DE LETRAS SOB O
VIÉS DA EXPANSÃO GLOBAL DO INGLÊS337

Denise Cristina Kluge

Eduardo H. Diniz de Figueiredo

A POTÊNCIA AFETIVA NA TRANSGRESSÃO DE DISCURSOS OPRESSORES 355

Francisco Estefogo

Fernanda Coelho Liberali

AS BALBÚRDIAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS:
ENTRE A EDUCAÇÃO-RESISTÊNCIA E A (DES)
EDUCAÇÃO DOS MINISTROS DA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Grassinete C. de Albuquerque Oliveira¹
Paula Tatiana da Silva-Antunes²

Vigora o senso-comum de que todos teriam conhecimento para tratar de/sobre a educação. Assim, qualquer pessoa, em qualquer situação e lugar, poderia apontá-la como a cura e a solução para problemas sociais-econômicos-culturais-identitários vivenciados pela população brasileira. Entretanto, para nós que atuamos neste cenário educacional, sabemos tratar-se de um tema complexo, que envolve aspectos direcionados, de modo quase exclusivo, a especialistas da área. Etimologicamente, educação/*educare* remete a conduzir o indivíduo, ou seja, expressa uma ideia de desenvolvimento intelectual, de promoção e incentivo do conhecimento, da aprendizagem e das habilidades. É uma palavra imbuída de sentidos e significados, difícil de ser implementada de modo eficiente.

Em relação à qualidade da educação brasileira, na atualidade, há programas e projetos (re)criados pelo Governo Federal, os quais sustentam uma lista de problemas dissociados das reais necessidades de docentes e discentes. Nessa lista de dificuldades, destaca-se, principalmente a partir do Ensino Fundamental II, o ensino compartmentado

1 Universidade Federal do Acre (UFAC). Grupo de Estudos em Análise de Discursos e Ensino de Línguas – Geadel.

2 Universidade Federal do Acre (UFAC). Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade. Grupo de Estudos em Análise de Discursos e Ensino de Línguas – Geadel.

e (ainda) distante da realidade do educando; professores sobrecarregados e desmotivados; infraestrutura comprometida; violência escolar; acesso às tecnologias incipientes; evasão escolar durante o Ensino Médio, além de, aproximadamente, 50% dos alunos matriculados em universidades não concluírem o ensino superior (MORAN, 2007). Sem contar que temos, ainda, programas de formação de formadores centrados na transmissão de conhecimento, visto como linear e hierarquizado (FURLANETTO, 2011), de modo a promover e manter o distanciamento de grande parte da população brasileira aos bens sociais, culturais e econômicos.

De modo geral, tanto a educação básica quanto a superior carecem de mudanças estruturais e não bastam ajustes e remendos para resolver a situação. Os problemas, bem como alguns progressos concorrem simultaneamente, fazendo-se necessário revisitar os programas educacionais propostos para avançarmos rumo à aprendizagem consciente, capaz de estabelecer conexões com o mundo cada vez mais global e interconectado.

Essa conexão impõe novos e necessários desafios. Moran (2007) destaca que a sociedade aprende novas maneiras de agir, de forma contínua e ininterrupta, e os participantes são atores propondo caminhos para os problemas detectados. Ademais, tal conexão coloca o indivíduo a agir e integrar o conhecimento local globalizado e o global localizado, de modo *glocal* (KUMARAVADIVELU, 2006), a fim de atender a diferentes demandas, bem como a responder às consequências impostas por situações que acontecem no local e viralizam globalmente. A exemplo disso, destacam-se os discursos proferidos por quem ocupou/ocupa o cargo de Ministro da Educação entre os anos 2019 e 2020, veiculados na imprensa e nas redes sociais, desqualificando a educação brasileira e, neste caso em específico, o ensino superior público e, em especial, os profissionais que nele atuam.

Nesse cenário, ao tomarmos como referência os discursos dos Ministros da Educação do Brasil, nomeados pelo presidente Jair Bolsonaro, em 2018 e 2019, proferidos nas redes sociais, na imprensa nacional e in-

ternacional, revelam a posição ideológica (VOLÓCHINOV, 2017 [1929]) e política dos falantes em um contexto situado que polariza, ridiculariza e desqualifica a educação superior brasileira, por a considerarem como lugar, por exemplo, de “laboratórios de drogas” e “plantação de maconha” (WEINTRAUB, 2019)³.

Esse contexto discursivo tenso e conflituoso produziu a atitude de resposta necessária não apenas das universidades públicas brasileiras, como também promoveu ações protagonistas colaborativas que ganharam as ruas públicas, as redes sociais, a imprensa, com intensas manifestações de repúdio e indignação de grande parte da sociedade, no país e no exterior, materializando discursos em defesa da educação, com significados de luta, de valorização e de respeito para com o ensino tecnológico e superior brasileiro.

Diante dessa realidade, em primeiro lugar, apresentamos um breve percurso teórico de autores que ocuparam e discutem os estudos da linguagem, mídias e culturas a fim de compreender quais sentidos e significados desses discursos proferidos pelos ministros da Educação marcam uma ideologia de intimidação, polarizada e estereotipada do ensino superior público, de modo a resultar, em contrapartida, em manifestações públicas como forma de resistência política, em defesa da democracia e pelo direito à educação laica.

Em seguida, apresentamos o contexto sócio-histórico e cultural que, em 2018, após uma eleição marcada por *fake news*, agressões verbais e físicas (com a tentativa de homicídio ao então candidato Jair Bolsonaro) e poucos projetos políticos, econômicos e sociais apresentados, os Ministros de Educação nomeados em 2019 – Ricardo Vélez, Abraham Weintraub e, em 2020, Carlos Decotelli (assumiu o ministério por apenas 05 dias, saindo por divergência no *Curriculum Lattes*) e Milton Ribeiro – mantiveram, em seus discursos, posicionamentos preconceituosos, e divulgação de *fake news* baseadas em discursos de ódio, como a afirmação

3 Notícia publicada na *Revista Veja*, com o título “Na Câmara, Weintraub reafirma que há plantação de maconha em universidades”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/na-camara-weintraub-reafirma-que-ha-plantacao-de-maconha-em-universidades/>. Acesso: 14 ago. 2020.

do atual ministro Milton Ribeiro de que a “grande moda dos sociólogos e filósofos” é “desconstruir valores e ideias” e não colocar “nada no lugar”, “deixam um vazio”⁴.

Na sequência, selecionados alguns discursos proferidos pelos ministros nas redes sociais e na imprensa, analisamos à luz da linguística aplicada de caráter inter/trans/indisciplinar e transgressiva (MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK, 2006) quais sentidos e significados (VYGOTSKY, 2005 [1934]) podem ser depreendidos pelas políticas ideológicas autoritárias que estabelecem um vínculo entre a nostalgia e a crença de uma realização dos ideais de conservadorismo, incitando a violência e colocando em risco os direitos humanos. Por conseguinte, no sentido de resistir-expandir argumentamos que o papel da educação superior pública abrange refletir sobre a linguagem enquanto prática social não-neutra, envolvendo escolhas ideológicas e políticas, sendo imprescindível estudá-la para compreender como a sociedade está atravessada por relações de poder, capazes de provocar diferentes efeitos de sentido (FABRICIO, 2006) local/global.

Por último, em nossas palavras finais, em atitude responsiva e responsável (BAKHTIN, 2003 [1953-1954]; 2017 [1920]), pois ser na vida significa agir, em resistência a uma política autoritária e polarizada, apresentamos o que acreditamos, como linguistas aplicadas, ser o papel da educação pública superior, ou seja, atuar como prática problematizadora na formação de profissionais críticos, transgressivos (PENNYCOOK, 2006) que rompam com regimes de verdades absolutas e promova entre os sujeitos, *no-e-pelo* diálogo, o *ser mais* (FREIRE, 1987, p. 53) em prol de uma educação eficaz e transformadora.

4 Notícia publicada na Folha de S. Paulo, sob o título “Sem fê, jovens do Brasil são ‘zumbis existenciais’, diz ministro da Educação”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/sem-fe-jovens-do-brasil-sao-zumbis-existenciais-diz-ministro-da-educacao.shtml?origin=uol>. Acesso em: 13. set. 2020.

A LINGUAGEM E O PODER – NAS REDES SOCIAIS E NA IMPRENSA, NO PÚBLICO E NO PRIVADO

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN 2003 [1954-1954], p. 348).

Consideramos que a vida é dialógica e, por assim dizer, os discursos enunciados na vida produzem sentidos e significados que buscam, na voz do outro, a resposta, a (con/dis)cordância, o confronto dialético que nos torna capazes de refletir/agir sobre o discurso proferido. Essa relação nem sempre harmônica de como usar a palavra viva é constantemente reatualizada nas redes digitais por sujeitos que procuram disseminar suas opiniões, crenças, valores, experiências e conteúdos, além de encontrar, em seus pares, concordância e compartilhamento de tais pontos de vista. Por outro lado, ao compartilhar textos, vídeos, áudios, imagens, entre outros, abre-se espaço para o contra-argumento, para a curadoria (ROJO; BARBOSA, 2015), para uma reflexão cuidadosa (ou não) sobre o que foi apresentado em tais redes/mídias digitais, por meio da multimodalidade.

No espaço virtual, diferentes linguagens atuam na construção, na produção e na leitura de textos multimodais de modo que, nas palavras de Ribeiro (2016), trata-se de assunto urgente para a academia, pois diante dos inúmeros escritos que circulam socialmente, analisá-los para chegarmos a uma consciência sobre a composição e as finalidades desses textos e como interagem e agem com os mais diversos sujeitos virtualmente, é de fundamental importância.

É inquestionável que as inovações tecnológicas e científicas alteraram, de modo fundamental, a vida de grande parte da população mundial e essas mudanças vieram associadas às mais diversas inovações

ao longo da história como o desenvolvimento da imprensa ao uso da telefonia móvel, especialmente os smartphones, cuja função ultrapassa o envio de voz e conecta-se com rede de dados externos, apresentando inúmeras outras funcionalidades capazes de auxiliar a vida humana e torná-la menos burocrática.

Por conseguinte, a interação entre as pessoas engendrou novas formas de ver-ouvir-sentir, ser e estar no mundo, e a relação tempo/espaço desterritorializados construíram desafios para o sistema educacional responder, segundo Monte-Mór (2015), às inúmeras demandas de trabalhos com textos multimodais. Esses textos, ao articularem diferentes recursos multissemióticos para expressar informação e/ou conhecimento, constroem discursos ideológicos, com valores e crenças, podendo conduzir seus leitores a um compartilhamento, sem que ocorra a curadoria necessária sobre a informação divulgada.

Essa curadoria, entendida no âmbito educacional como uma forma de o leitor verificar como as ações e os processos de leitura/escrita acontecem no universo das redes, mediante a abundância de conteúdos e informações que se apresentam dispersos, contraditórios e passíveis de múltiplas interpretações (ROJO; BARBOSA, 2015, p. 124), reordená-los para torná-los compreensíveis é algo imprescindível. Usar da curadoria, na perspectiva das autoras, implica em fazer escolhas, selecionar o conteúdo e as informações em forma e propósito, de modo a despertar o senso crítico sobre o que é veiculado nas redes digitais.

O exercício de curadoria em um mundo transmídia, no qual as “velhas e as novas mídias colidem, onde mídia corporativa e alternativa se cruzam, onde o poder do produtor de mídia e o poder do consumidor interagem de maneiras imprevisíveis” (JENKINS, 2006, p. 29), obriga-nos a repensar qual a nossa relação e participação neste universo de conhecimento. Jenkins (2006) argumenta que a convergência do fluxo de conteúdos que circulam através de múltiplas plataformas de mídias pode definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais, sociais e, incluímos, políticas e religiosas, a depender de quem está falando e do que imaginam estarem falando.

Volóchinov (2017 [1929]) destaca que a palavra penetra em todas as relações entre os indivíduos, nas de colaboração, nas de base ideológica, nas de caráter político, religioso, para citar algumas. Seguindo esse entendimento, podemos afirmar que os fios ideológicos servem como fio condutor para a interação social em todos os domínios, capazes de (trans)formar o meio social, como também deturpá-lo por meio de ações preconceituosas, discursos de ódio e propagação de *fake news*.

Como a palavra é carregada de conteúdos e sentidos ideológicos, conforme apresentado por Volóchinov (2017 [1929]), compreendemo-la dentro de um contexto situado específico, capaz de despertar nos outros as ressonâncias ideológicas ligadas às experiências vividas. Nesse sentido, a língua reflete e refrata os sentidos construídos por sujeitos em interação social, de tal maneira que alguns discursos são capazes de promover fidelidade e/ou distorcer os fatos apresentados. Desse modo, a pauta conservadora, de moralidade, de respeito aos valores cristãos e aos bons costumes enunciados pelo presidente Jair Bolsonaro como princípios de seu governo, encontra ressonância entre os discursos dos ministros, instaurando a tensão política e ratificando a crise brasileira, não apenas econômica decorrente, dentre outros, da corrupção persistente no país, como também jurídica, social, educacional e cultural, de modo a ameaçar o pacto democrático validado na Constituição de 1988.

Pautas como democracia, ensino laico, educação para todos, políticas inclusivas de núcleos familiares diversos, direito ao aborto, ao combate à homofobia passam pela percepção, segundo Miguel (2018) ao tratar da extrema-direita brasileira de eixos fundamentalistas religiosos e radicais, de que há uma única verdade revelada, pronunciada, “que anula qualquer possibilidade de debate”, com uma “agenda moral” (MIGUEL, 2018, p. 20) cujo discurso passa a apresentar o PT como encarnação viva do comunismo do Brasil, líder da decadência moral e social, único responsável pelos desvios éticos na política brasileira (idem, p. 24). As redes sociais passam a ser um dos melhores lugares para disseminar a verdade revelada, espalhar o discurso de ódio e estabelecer uma nuvem de *fake news* estigmatizando o PT, todos os aliados e simpatizantes, como a “encarnação da desonestidade e do mal”

(MIGUEL, 2018, p. 24), precisando serem derrotados para avançar nos bons valores e costumes.

Esses enunciados ganharam força na campanha presidencial em 2018 e, após a posse de Jair Bolsonaro, alguns dos ministros empossados continuaram com a disseminação de ódio, de *fake news* na imprensa e em suas redes sociais. No caso dos enunciados polêmicos dos ministros de Educação, objetos de análise deste texto, ao verificarmos que a palavra procede de alguém e se dirige a alguém, ou seja, “serve de expressão a um em relação ao outro” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 205) essa interação ativa entre locutor e o interlocutor (real ou presumido) ativa uma responsividade em que a apreciação valorativa acerca da moralidade e dos “bons costumes” encontra, na sociedade, porta-vozes adeptos aos mesmos valores e às mesmas ideologias.

Severo (2007, p. 64) destaca que a ideologia é constitutiva da dinâmica social, da própria consciência, de tal modo que a comunicação – verbal, escrita, audiovisual, verbo-visual, sonora, dentre outras – organiza, regula ou subverte as relações histórico-materiais dos homens determinadas pelas relações de produção (econômica) e pela estrutura sociopolítica. Assim, quando os ministros enunciaram que na educação não se produz ciência e/ou ensino, colocaram em risco o destino dos recursos financeiros do Fundeb – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – enfatizando que deveriam ser alocados a outros setores, como o programa Renda Brasil⁵.

Como todo signo reflete e refrata (VOLÓCHINOV, 2017) parte da realidade, capaz de distorcer um ponto de vista específico, ao tomarmos como exemplo o termo “balbúrdia”, proferido pelo ex-ministro Weintraub, em 2019, em referência a cortes de verbas destinados a universidades que promovessem balbúrdia, esse termo assumiu uma orientação avaliativa, ou seja, no enunciado vivo e concreto, ela não apenas significou como também avaliou (VOLÓCHINOV, 2017) a Universidade Pública como um lugar onde não se faz ciência, destinado a drogados e a docentes improdutivos.

5 Programa proposto pelo atual governo em substituição ao Bolsa Família, criado em 2003, como medida provisória no Governo de Fernando Henrique Cardoso e convertido na Lei nº 10.836, em janeiro de 2004, pelo Governo Lula.

Esse enunciado de Weintraub cruzou ênfases multidirecionadas que proporcionou ao signo torná-lo o centro da responsividade ativa dos falantes, principalmente de educadores, conferindo à linguagem o caráter plural presente em uma sociedade contraditória. Nesse cenário, manifestações de toda natureza ocorreram pelo Brasil e pelo mundo, na imprensa, nas redes sociais, nas ruas de todo o país, fazendo valer uma compreensão de que a fala é viva, prenhe de resposta de tal modo que, obrigatoriamente, ouvinte se torna falante (BAKHTIN, 2016, p. 25).

De modo semelhante, Almeida (2019) destaca o papel das redes digitais como plataforma de expressão, informação e de discussão política, expressas em opiniões e compartilhamentos de imagens, vídeos, notícias, dentre outros. A comunicação virtual é mais eficaz por criar “uma face virtual, manter pouca oralidade, apresentar limites na escrita digital” (ALMEIDA, 2019, p. 189) sendo mais contundente e excessiva do que se estivesse em interação face a face. Nessa arena de interação política, os efeitos do *WhatsApp* foram crescentes, fazendo circular informações, *fake news*, *memes* em múltiplos grupos fechados, favorecendo uma interatividade instantânea, próxima (ALMEIDA, 2019, p. 190) e extremamente eficaz. Nas palavras do autor, o *WhatsApp* promove

Uma socialidade mais ampla quantitativamente do que as relações face a face e, no entanto, fechada e menor do que a proporcionada pelo Twitter e pelo Facebook. Não é por acaso o esforço cada vez mais crescente de políticos e partidos para alcançar principalmente em período eleitoral as microrredes de interação virtual extremamente capilares. A campanha de 2014 foi a primeira a adotar a tecnologia, mas foi em 2016 que ela começou a ser utilizada pelos políticos, tanto em eleições como para manter a comunicação com apoiadores e parcelas da população durante os mandatos. Porém, em 2018, **a plataforma teve papel decisivo na construção da (i)legitimidade dos candidatos.** (ALMEIDA, 2019, p. 190-192, ênfase adicionada).

Sob essa perspectiva, as redes digitais tiveram papel decisivo na construção da legitimidade das eleições brasileiras em 2018 e serviram para deslegitimar adversários, promover rejeições e colocar sob suspeita a honestidade dos candidatos. Com o *slogan* “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”, Bolsonaro venceu as eleições e tornou-se presidente. Ao nomear os ministros, deixa evidente que todos precisariam estar com o discurso alinhado, caso quisessem permanecer no cargo. Discurso esse que encontrou nos ministros da Educação, em 2019 e 2020, a consolidação do Estado autoritário, ampliou o preconceito, a xenofobia e a intolerância.

Por nos encontrarmos inseridos nas mais diversas práticas sociais e discursivas, o enunciado concreto realizado em situação e contexto específicos manifesta o embate, o conflito, a tensão dialógica, uma consciência social materializada pelo jogo do poder, pela existência econômica e, por sua vez, capaz de determinar “a consciência individual de cada membro da coletividade (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 56). A linguagem desempenha, nesse jogo de interlocuções, papel central ao promover transformação na comunicação, ao construir novos sentidos e, segundo Barton e Lee (2015), é essencial na determinação das mudanças de vida e nas experiências vividas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E OS MINISTROS

O Ministério da Educação é uma das principais pastas ministeriais e, por isso, deveria ser comandada por especialistas que têm real compromisso com um projeto educacional efetivo e de qualidade para o Brasil. Em contrapartida a essa afirmação que parece tão óbvia, o atual governo tem sido desastroso na escolha de um ministro da educação para dar continuidade a políticas educacionais já consolidadas socialmente e para pensar/colocar em prática projetos que visem melhorar consubstancialmente a qualidade educacional do país desde a educação básica ao ensino técnico e superior e até mesmo programas de pós-graduação, os grandes aliados no desenvolvimento da ciência.

A escolha de ministros, no Brasil, configura-se como moeda de troca entre partidos e governo, servindo a interesses mais particulares do que à sociedade como um todo. Assim, “[o] presidente nomeia integrantes de partidos aliados e espera, em retorno, apoio para governar, especialmente em votações no Congresso Nacional” (PASSARINHO, 2018). Em campanha eleitoral, essa foi uma das críticas feitas pelo então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro, mas, após sua eleição, observamos que não houve mudanças nesse aspecto, pois, além de atender a interesses de partidos aliados, a influência de Olavo de Carvalho na escolha de ministros ganhou as mídias e mostrou-se catastrófica com o passar do tempo, tanto que culminou em um anúncio público de ruptura entre Olavo e Bolsonaro (FERRARO, 2020). Entretanto, antes de romper com o governo, as mídias divulgaram sua influência na escolha dos Ministros da Educação, como apresentamos a seguir, ao discorrer brevemente sobre cada um dos quatro ministros que assumiram a pasta entre 2019 e 2020.

Após o resultado das eleições, em 2018, o presidente eleito, como de praxe, passou a montar sua equipe de governo que atuaria a partir do ano seguinte. Desse modo, no dia 22 de novembro de 2018, Bolsonaro informou que quem ocuparia a pasta do Ministério da Educação seria o colombiano, naturalizado brasileiro, Ricardo Vélez Rodriguez, anúncio este feito em sua conta no Twitter: “Gostaria de comunicar a todos a indicação de Ricardo Velez Rodriguez, Filósofo autor de mais de 30 obras, atualmente Professor Emérito da Escola de Comando e estado Maior do Exército, para o cargo de Ministro da Educação” (BOLSONARO, 2018 *apud* BERMÚDEZ, 2018).

Segundo notícia publicada no site *UOL* (BERMÚDEZ, 2018), havia outro nome anteriormente cogitado para a pasta, o do diretor do Instituto Ayrton Sena, Mozart Neves Ramos, mas que não tinha a aprovação da bancada evangélica (grupo de parlamentares formado por pessoas que compartilham da mesma crença religiosa, baseada em valores cristãos, de denominações relacionadas ao Protestantismo, e apoiadores do presidente eleito), pois ele não estaria alinhado aos ideais do Movimento Escola sem Partido. Esse movimento surgiu em 2004 e se autodenomina como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de con-

taminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA, 2020) e foi uma das bandeiras levantadas por Jair Bolsonaro durante campanha eleitoral, procurando manter seu posicionamento na escolha dos ministros da educação.

Assim, Ricardo Vélez Rodriguez, com graduação, mestrado e doutorado em filosofia, teria sido uma indicação de Olavo de Carvalho, e se dizia comprometido com a “proposta” de seu governante: “Mais Brasil, menos Brasília” (BERMÚDEZ, 2018). Sua passagem pelo MEC, que durou até o dia 08 de abril de 2019, foi marcada por muita polêmica, críticas e, praticamente, nada de efetivo foi realizado. Em matéria publicada pela *BBC News*, sob o título *A crise que derrubou o ministro Vélez em 9 tuítes*, destaca-se uma das últimas polêmicas em que se envolveu, a de que “pretendia mudar a forma como o golpe de 1964 e a ditadura militar são retratados nos livros didáticos, ‘para dar uma visão mais ampla da história’” (SHALDERS; ALVIM, 2019).

Entretanto, houve outros fatos desastrosos que antecederam essas crises no final de sua gestão. Logo no início de sua atuação como ministro, no dia 25 de fevereiro de 2018, encaminhou um *e-mail* a diretores de escolas, instruindo-os a, no primeiro dia de aula, lerem uma carta a toda a comunidade escolar, diante da bandeira nacional, e que fossem enviados a ele trechos de filmagens do acontecimento. Esse fato gerou uma grande polêmica, tanto pela exposição a que estariam sujeitos alunos e funcionários, quanto pelo teor da carta, compreendida, principalmente pelo enunciado final, uma propaganda política do governo: “Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” (RODRIGUEZ, 2018 *apud* SHALDERS; ALVIM, 2019).

Além das falas polêmicas, houve inúmeras substituições em cargos vinculados ao ministério, publicação de editais com problemas e pouco comprometimento com a pasta, resultando em uma cobrança pública, no dia 27 de março, em que o ministro participou de uma audiência com

a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O destaque dessa audiência foi a fala da deputada federal Tabata do Amaral (PDT-SP) que o questionou sobre a falta de projetos para o MEC, em três meses de atuação, e que uma “lista de desejos” apresentada por Vélez, em *PowerPoint*, sinalizava seu total despreparo e que, por isso, deveria deixar o cargo. Desse modo, após todas as evidências de desqualificação de Vélez para a pasta, Bolsonaro reconheceu que o ministro não tinha competência para permanecer no governo e, após o anúncio de sua saída, divulgou o nome de Abraham Weintraub como o segundo ministro da educação ao se completarem três meses do novo governo.

Com formação em ciências econômicas e mestrado em administração, Weintraub já fazia parte do governo, atuando como secretário-executivo da Casa Civil, e seu nome agradou, em parte, tanto a ala militar quanto o escritor Olavo de Carvalho (OLIVEIRA, 2019). No entanto, sua única experiência no âmbito educacional se dava por meio do cargo de professor na Universidade Federal de São Paulo (o que não representa nada em termos de vínculo com a educação, pois muitos bacharéis atuam na função de professores universitários enquanto “técnicos especialistas no assunto” sem, contudo, terem formação na área educacional e pouca ou nenhuma experiência no ensino). E se a passividade e a falta de atitude do ministro anterior transmitiam a sensação de não sairmos do lugar, a atuação do segundo ministro foi ainda mais tenebrosa, pois seus projetos para a educação, suas postagens nas redes sociais e suas falas em reuniões ministeriais escancararam a falência do MEC para uma sociedade tão carente em educação. Sua saída, em meados de junho de 2020, foi anunciada em meio a denúncias de racismo devido a um *post* em que desqualificava os chineses e, também, por, em uma reunião ministerial, ter chamado de “vagabundos” os ministros do Superior Tribunal Federal.

Após a vacância na pasta, alguns nomes foram cogitados, como o do atual secretário estadual de educação do Paraná, Renato Feder, e do secretário de alfabetização do MEC Carlos Francisco Nadalim. Mas o nome anunciado pelo presidente foi o de Carlos Alberto Decotelli, que seria doutor em administração, com pós-doutorado na Alemanha. Após esse anúncio, a mídia e várias pessoas nas redes sociais fizeram denúncias

em relação às inconsistências no currículo de Decotelli. Oficialmente, a Universidade do Rosário se pronunciou, informando que não havia registros da realização do seu doutoramento e, a universidade da Alemanha Wuppertal, onde ele teria realizado o pós-doutorado, também o desmentiu. O resultado de tudo isso foi que o presidente solicitou sua exoneração cinco dias depois de divulgar o nome de Decotelli à imprensa, antes mesmo de ele tomar posse do cargo.

Depois dessa polêmica situação, Jair Bolsonaro nomeou como ministro o professor Milton Ribeiro, pastor da Igreja Presbiteriana e ex-vice-reitor da Universidade Mackenzie. Sua postura é bem mais discreta que a de Weintraub, mas os dois mantêm os discursos, sob aprovação do presidente, como se constata nesta manchete: “Acusado de homofobia, ministro da Educação é elogiado por Bolsonaro” (FARIAS, 2020). Assim como se evidenciou em uma entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*⁶, em que o ministro demonstrou compactuar com a bandeira levantada por Bolsonaro em sua campanha eleitoral quanto ao combate à “ideologia de gênero”, pois, para ele, os homossexuais seriam provenientes de famílias “desajustadas”.

Com essas breves considerações a respeito dos quatro ministros que foram indicados para assumir a pasta do MEC, em menos de dois anos de governo de Jair Bolsonaro, finalizamos esta seção para, em seguida, analisarmos alguns enunciados polêmicos proferidos por eles, a fim de problematizar como, em um governo que se diz democrático, ser possível que pessoas despreparadas assumam um cargo de tão relevância para a nossa sociedade.

DAS BALBÚRDIAS E A (DES)EDUCAÇÃO DOS MINISTROS

O que fazer com a educação no Brasil? Esta é uma pergunta que, de algum modo, em todos os governos foi/é pauta recorrente. Os índices

6 Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título “Volta às aulas no país e acesso à internet não são temas do MEC, diz ministro”. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,voltas-as-aulas-no-pais-e-acesso-a-web-nao-sao-temas-do-mec-diz-ministro,70003450120>. Acesso: 03 nov. 2020.

dos exames nacionais e internacionais revelam a disparidade de falta de conhecimento do educando desde o Ensino Fundamental I até o final do Ensino Médio. Inúmeras medidas e projetos são desenvolvidos pelos governos com o intuito de diminuir esse abismo instaurado, mas ainda não conseguimos o ensino de qualidade almejado.

Com o *slogan* “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”, o atual governo do presidente Jair Bolsonaro revelou seu objetivo de tirar a educação brasileira da influência ideológica da esquerda. Para isso, nomear ministros que se aliavam a esse discurso era fundamental. Logo no primeiro ano de governo, o Ministério da Educação (MEC) foi uma das pastas mais movimentadas. O primeiro-ministro a assumir a pasta Ricardo Vélez Rodríguez fazia parte do grupo de seguidores e indicado por Olavo de Carvalho, uma espécie de guru do presidente, que entoava discursos frenéticos de ódio contra a esquerda brasileira.

Ricardo Vélez ficou quase três meses como ministro. Durante sua gestão, demitiu várias pessoas do alto escalão do ministério, entre eles, o presidente do Inep, Marcos Vinicius. As demissões e as faltas de projetos colocaram em risco a Base Nacional Comum Curricular e o Enem, além das confusões em editais e portarias no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), mas os discursos apresentados nos meios de comunicação evidenciaram o total despreparo para comandar a pasta e evidenciar sua deseducação.

Uma das falas emblemáticas do ministro ocorreu na entrevista ao jornal *Valor Econômico* ao dizer que “a ideia de universidade para todos não existe [...] As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]”⁷. Esse enunciado evidencia uma posição de segregação total, pois considera as universidades como o lugar reservado para uma elite intelectual e que apenas os que têm posse podem frequentá-la, negando aos demais a possibilidade de entrar neste ambiente e espalhar as tintas culturais

7 Em entrevista ao jornal Valor Econômico, em 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/01/28/ideia-de-universidade-para-todos-nao-existe-diz-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso: 28 set. 2020.

(OLIVEIRA, 2006) manifestadas pelas diversidades e pluralidades que constituem o povo brasileiro.

Na perspectiva do ex-ministro Vélez de que a universidade não é para todos, esse enunciado concreto revela uma concepção hegemônica, privilegiada que concebe o conhecimento a partir da lógica da colonização do saber, da cultura, da língua, da política e da economia. Ao selecionar quem pode estudar nas universidades, o ex-ministro marginalizou e inviabilizou a maior parte dos cidadãos brasileiros, acentuou as desigualdades sociais e sustentou o discurso de que quem está no poder estabelece um sistema de coerção que limita os corpos, disciplina e tem, no discurso, a reatualização permanente de (velhas) regras (FOUCAULT, 1996).

Ainda para o jornal *Valor Econômico*, em abril de 2019, o ex-ministro voltou a causar controvérsia ao manifestar que não houve golpe em 1964 e propôs uma revisão nos livros didáticos para que os estudantes tivessem uma “versão mais ampla da história”. Ainda nas palavras do ex-ministro: “A história brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira. Quem colocou o presidente Castelo Branco no poder não foram os quartéis. Foi a votação no Congresso, uma instância constitucional, quando há a ausência do presidente”⁸.

As palavras podem ter diferentes sentidos, a depender do contexto e da época em que são empregadas. Possenti (2016) destaca que uma das razões se deve às mudanças históricas que acontecem pelo deslizamento do sentido e/ou pela alteração no “referente”, isto é, ao referir-se a fatos e acontecimentos podem mudar sua “natureza” (POSSENTI, 2016, p. 1080). No caso, a palavra golpe sofre essa variação de sentido como no golpe de 1964 e do *impeachment* da ex-presidente Dilma, em 2016, considerado como golpe de Estado.

Todavia, o sentido empregado pelo ex-ministro Vélez de que não houve golpe em 1964, conseqüentemente não vivemos um período de Ditadura Militar, mostrou que o ex-ministro parecia ter como objetivo desqualificar a história de terror que o Brasil vivenciou. Pior, ao enun-

⁸ Em entrevista ao jornal Valor Econômico, em 03 de abril de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/04/03/velez-quer-alterar-livros-didaticos-para-resgatar-visao-sobre-golpe.ghml>. Acesso: 26 out. 2020.

ciar uma tentativa de mudar os livros didáticos sob o argumento de que era necessário ter uma visão mais ampla da história, esse modo de ação representa a prática de um discurso conservador, ideológico que busca naturalizar e manter o posicionamento de quem está no poder.

Sob essa perspectiva, as ideologias são construções e significações da realidade do mundo físico, das relações sociais, culturais e de identidades tecidas nas variadas dimensões de formas e sentidos das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001) que torna esse discurso um signo ideológico, o qual reflete e refrata outra realidade (VOLÓCHINOV, 2017), capaz de distorcer um fato histórico para ser fiel a outro ponto de vista e manter relações de dominação.

Após dois meses e meio na pasta do ministério da Cultura, Vélaz é substituído por Abraham Weintraub, cujo discurso de posse volta-se para modificar os indicadores do Pisa que colocam o Brasil entre os últimos lugares na avaliação estudantil e amenizar a tensão provocada pelo ex-ministro. Entretanto, de maneira semelhante ao seu antecessor, a gestão de Weintraub é cercada de polêmicas, ataques a Paulo Freire, patrono da educação brasileira, à educação, em especial, às universidades e aos estudantes.

Uma das polêmicas de maior repercussão nacional e internacional ocorreu diante de uma entrevista do ex-ministro ao jornal *O Estado de S. Paulo*⁹, em abril de 2019, ao enfatizar “Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Em ação, enquadrou e reduziu os repasses financeiros de 30% da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) por considerar que promovem “bagunça”, “eventos ridículos” e permitem que “pessoas peladas” circulem livremente dentro desses *campi* universitários.

Além delas, a Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, estava também em avaliação. Essa atitude do ex-ministro Weintraub provocou uma comoção nacional e internacional, com manifestações públicas, criação

9 Notícia publicada no site do Jornal Estadão, com o título “MEC cortará verba de universidade por ‘balbúrdia’ e já enquadra UnB, UFF e UFBA”. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 10. set. 2020.

de *memes*, *hashtags* nas redes sociais em defesa da educação pública e passou a divulgar as “balbúrdias” realizadas por professores e alunos, evidenciando os trabalhos desenvolvidos de ensino, pesquisa e extensão. Em consequência, o ex-ministro contra-atacou e cortou as verbas de todas as Universidades e Institutos Federais do Brasil.

Bolsonaro foi eleito como o evangélico propagador dos bons costumes, dos valores morais e da manutenção da família tradicional, compreendida como a que é formada por pai, mãe e filhos, além de adepto ao armamento para a população e radicalmente contra o comunismo (os quais, erroneamente, associam comunismo, no Brasil, ao Partido dos Trabalhadores). O ex-ministro Weintraub seguiu a mesma pauta com veemência. Seus discursos inflamavam o ódio contra a educação brasileira por considerar a esquerda como a principal culpada pelos baixos índices nas avaliações nacionais e internacionais. Ao considerar as universidades como lugar de balbúrdia, ajudou a promover um discurso conspiratório, com conteúdos alarmistas, deslegitimando as instâncias promotoras do conhecimento (CESARINO, 2019, p. 533).

Essa deslegitimação da universidade pública, associando-a à balbúrdia, levou à propagação desse termo nas diversas esferas da comunicação humana, resultando em inúmeros fios ideológicos na tentativa de concretizar uma percepção negativa em relação às instituições públicas de ensino. Ou seja, ao associar à educação um termo pejorativo, o ex-ministro pretendeu desqualificar o setor educacional e, principalmente, os docentes, apontando-os como os responsáveis pelas balbúrdias, desqualificando e atribuindo sentidos depreciativos a docentes, discentes e às instituições de ensino superior. Seguindo o que Volóchinov (2017, p. 106) apresenta como a palavra ser capaz de fixar-se em todas as “fases transitórias das mudanças sociais, por mais delicadas e passageiras que elas sejam” para atender às demandas de dado grupo social, a ação do ministro ao deslegitimar o setor educacional público federal brasileiro abriu o precedente para que parte da sociedade legitimasse esse discurso de ódio, típico da antidemocracia.

A resposta da sociedade acadêmica a essa falta de respeito do ministro foi a ressignificação do termo “balbúrdia” que passou a evidenciar

e a qualificar toda a produtividade de docentes e discentes, como aulas, reuniões, participação em congressos, publicação de artigos, atividades de pesquisa, atividades de extensão, orientações de mestrandos e doutorandos, de modo a mostrar para a sociedade a verdadeira face das instituições federais de ensino.

Em outra entrevista ao *Jornal da Cidade On-line*, o ex-ministro Weintraub afirma que, nas Universidades Federais, há plantações extensivas de maconha e que

[f]oi criada uma falácia que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo, autonomia de pesquisa, ensino. Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? **Você tem plantações de maconha, mas não são três pés de maconha, são plantações extensivas em algumas universidades**, a ponto de ter borrifador de agrotóxico, porque orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, mas **na maconha deles eles querem toda a tecnologia que tem à disposição** (REVISTA FÓRUM, 2019)¹⁰.

O ministro usa dos meios de comunicação para desqualificar as universidades federais. No seu ponto de vista, elas somente realizam atividades ilegais e imorais e buscam a soberania, de modo a não necessitar responder por seus erros. Cesarino (2019), ao discutir identidade e representação no bolsonarismo, argumenta que a liderança carismática ascende, presumidamente de fora do *establishment*, quando se reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem de um sistema corrompido. Essa linguagem populista, clara, sem fundamentos técnicos e científicos que comprovem sua veracidade, coloca as universidades federais em xeque quanto à sua eficácia, enquanto espaço de conhecimento.

10 Notícia publicada no site da *Revista Fórum*, sob o título “Weintraub afirma que universidades federais escondem ‘plantações extensivas de maconha’”. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/weintraub-afirma-que-universidades-federais-escondem-plantacoes-extensivas-de-maconha/>. Acesso em: 10. set. 2020.

Inúmeros adeptos do bolsonarismo concordam com essa posição do ex-ministro e compartilham em suas redes sociais, especialmente *WhatsApp* e *Twitter*, esse discurso. As universidades públicas federais, por sua vez, por meio de todos que a compõem resolveram entrar com representações e contaram com o apoio da população, utilizando os mesmos recursos digitais, o que torna o uso das mídias digitais um instrumento eficaz no sentido de desconstruir discursos preconceituosos e infundados, *fake news*, além de possibilitar o desenvolvimento de atividades que levem a uma reflexão crítica e emancipatória.

O discurso do ex-ministro Weintraub em relação ao ensino superior como lugar de plantação de maconha, de balbúrdias, de bagunça, entre outros, propiciou o movimento dialógico-dialético necessário para que as universidades federais aliassem a pesquisa, o ensino e a extensão no ambiente virtual não apenas no sentido de contra-argumentar o que foi dito pelo ex-ministro, mas também para viabilizar o que ocorre dentro das universidades públicas federais e a sua relevância na/para sociedade.

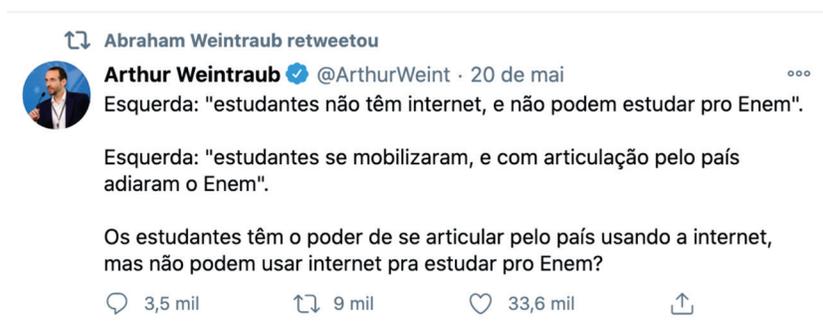
Desse modo, não há como negar que a palavra é um terreno fértil de significações e encontrou no ambiente digital, novos modos de realizar o processo de comunicação social, determinados pelo horizonte social de uma época e de um grupo social (VOLÓCHINOV, 2017). Também, não há como desconsiderar que o *Twitter*, uma espécie de rede social combinada com mensagens instantâneas (MSN) enviadas rapidamente para pessoas pertencentes a um mesmo círculo de contatos, chamadas de “seguidores”, passou a ser amplamente usada pelo atual governo, em especial, pelo então ministro da educação e o presidente da República.

Essa política midiática, conforme discutida por Castells (2018), destaca a luta pelo poder nas sociedades democráticas atuais que passa, inevitavelmente, pela política do escândalo, pela autonomia comunicativa dos cidadãos e pela nossa construção da realidade, de comportamentos e decisões, pois passam a depender dos sinais recebidos e trocados nesse universo digital. Soma-se a essa situação o fato de passarmos por uma pandemia de Covid-19, obrigando a população a ficar em isolamento

social e as redes digitais tornaram-se o meio de comunicação e interação ainda mais frequentes nos lares brasileiros.

Ressalte-se que, mesmo diante dessa nova realidade, o ex-ministro Weintraub insistiu em manter as datas do Enem 2020. E, mais uma vez, os estudantes do país provocaram uma movimentação nacional pelas mídias pedindo a mudança da data do exame. O ministro Weintraub, com o lema “Brasil não pode parar”, reafirmou o prazo de inscrição previsto e lançou uma peça publicitária¹¹ reforçando o prazo das inscrições, sugerindo que “a vida precisa continuar”, mesmo diante da suspensão das aulas e/ou de precárias aulas remotas em decorrência do cenário pandêmico. Após o Senado e diversas Entidades Estudantis se manifestarem, bem como a Justiça Federal de São Paulo, o Inep resolveu adiar o Enem. O ministro deixou claro, em suas redes, que os pedidos vinham de “partidecos da esquerda”. Vejamos um dos tuítes do ex-ministro:

Figura 1 – *Twitter* de Weintraub
@AbrahamWeint. Meu **twitter**, minhas regras.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: <https://twitter.com/ArthurWeint/status/1263256666465800195?s=20>. Acesso em: 05 nov. 2020

Os estudantes, por terem se articulado para mudar a data do Enem 2020, são qualificados como sendo “de esquerda”, em outras palavras, vinculados ao Partido dos Trabalhadores, comunistas que praticam balbúrdia e que, por tudo isso, o que reivindicaram e conquistaram não merece credibilidade. Interessante notar que o ex-ministro faz uso das

¹¹ Enem 2020 – Inscrições. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIY0&feature=emb_logo. Acesso: 05 nov. 2020.

aspas como se essas falas não pertencessem a ele e sim a um outro, não identificado no texto. A única opinião dele estaria no último parágrafo em que lança uma pergunta aos seus seguidores.

Ribeiro (2018) argumenta que, ao se desqualificar as pessoas de esquerda chamando-as de *esquerdopatas*, firma-as como inimigos a serem combatidos, pois, segundo esse ponto de vista, elas seriam um risco para a sociedade. Nesse entendimento, o chefe dessa quadrilha seria o ex-presidente Lula, pois nomeou, na sua gestão e na da ex-presidenta Dilma, ministros do STF e dos movimentos sociais e sindicatos, os quais serviram aos interesses de um governo mais preocupado em mandar dinheiro aos países da América Latina do que em governar para os trabalhadores brasileiros. Assim, na visão dos movimentos de direita que propagam o ódio à ala esquerdista,

[...] abundam evidências de que os movimentos sociais e sindicatos são corruptos, violentos e têm como plano oculto a implantação do comunismo no Brasil; **o comunismo é um risco ainda maior do que a corrupção**, pois ameaça a liberdade do “cidadão de bem”; foi para combater essa ameaça que o **Exército foi forçado a intervir em 1964**; diferentemente dos dias atuais, naquele tempo havia ordem, tanto pública quanto privada. Essa visão de mundo é autoevidente para todos, mas a mídia, mentirosa e manipuladora, impede que a população enxergue; **por isso é importante procurar e propagar a verdade nas redes sociais**. (RIBEIRO, 2018, p. 92, ênfase adicionada).

Vale mencionar, baseadas em Ribeiro (2018), que o discurso proferido pelo ex-ministro Weintraub, em sua gestão do ministério da Educação, foi articulado considerando essas posições ideológicas do atual partido, que utilizariam das redes sociais para propagar a verdade e desmascarar os integrantes e simpatizantes do partido dos trabalhadores, considerando-os inimigos de Estado, uma ameaça para a liberdade e a democracia. Fairclough (2001) destaca que o discurso é uma prática social, assim, não apenas serve como representação de mundo, pelo contrário, é significação de mundo, constituindo e construindo o

mundo em significados. Dito isso, esse discurso proferido encontra, em seus seguidores, significado e pertinência, a ponto de repassar esses tuítes sem que ocorra a reflexão, a curadoria, a compreensão do que significam.

Para as universidades públicas federais como instituições laicas, formadoras de formadores que atuarão na educação do país, é preciso haver uma revisão crítico-epistemológica do sistema de ensino, pesquisa e extensão que ainda se encontram afastados da população brasileira. Para isso, em consonância com Fabrício (2006, p. 48), devemos compreender que a linguagem é prática social e como tal, ao estudá-la, estudamos a sociedade, a cultura, a língua que é constituinte e constitutiva. Precisamos entender que nossas práticas discursivas não são neutras, envolvem escolhas ideológicas e políticas, envolvidas nas relações de poder e ocasionando os mais diversos efeitos no mundo social. Não menos importante, na sociedade contemporânea envolvida em uma multiplicidade de sistemas semióticos que compõem nossos textos, temos que ter uma concepção do processo de produção de sentidos que eles envolvem e como atuam em nossas vidas.

APONTAMENTOS (QUASE) FINAIS

*É preciso ter esperança.
 Mas tem de ser esperança do verbo esperar.
 Porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.
 Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
 “Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva”.
 Já esperar é ir atrás, é se juntar, é não desistir.
 É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa
 capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras.
 Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que
 parece não ter saída.
 Por isso, é muito diferente de esperar;
 temos mesmo é de esperar!
 (Paulo Freire, 1997)*

Abrimos nossos apontamentos (quase finais) com Freire (1997) ao argumentar que precisamos ter esperança para ir atrás de uma sociedade melhor, para nos juntarmos e não desistirmos. Não devemos esperar, porque é espera e não esperança. Deste modo, iniciamos este texto com a foto tirada por Dorian Girão, em que diz “**vocês cortam a educação, a gente planta resistência**”. Essa é a esperança proposta por Freire, a nossa capacidade de recusa ao que está posto, ao que é colocado como verdade e reagir ao que não parece ter saída. Isso é esperar. As Universidades Públicas Federais reagiram e convidou-nos, assim como Freire, a esperar.

Com essa proposta todos devemos aprender, reaprender para perceber como afetamos e somos afetados pelo outro, de modo a tornar um (re)aprendizado constante. Nas palavras de Spinoza (1997) tudo que aumenta a potência do agir é útil e preserva o ser, enquanto as coisas que diminuem essa potência, destrói. Não somos seres passivos em relação ao que nos acontece, somos seres pensantes e compreendemos sermos parte de um todo complexo em que, na interação, pelo diálogo-dialético, no confronto de vozes, buscamos romper com os modos de pensar colonizado e ir além das fronteiras disciplinares do conhecimento.

A Universidade Pública Federal ressignificou o sentido negativo da palavra *balbúrdia* para evidenciá-la como palavra viva e ativa e para mostrar as *balbúrdias* realizadas na pesquisa, no ensino e na extensão. O atual governo não considera a educação como algo transformador para o país e a relaciona ao lugar onde o comunismo está instalado e que seria preciso acabar com essa filosofia.

Inspiradas em Fabrício (2017) precisamos aprender o jogo hiperdialético para atualizar, academicamente, nossas práticas acadêmicas. Torná-las práticas envolvidas em *transaberes* para atuar nessa engrenagem dos *multi-* (modal, semiótico, mídia, cultural, linguagem, letramentos) e ir além das fronteiras impostas na/para educação, a fim de seguir aos deslocamentos necessários para obter o entendimento adequado da nossa realidade.

Essas mudanças de vida são necessárias para possibilitar novos movimentos e articular novos caminhos para atuarmos frente a uma sociedade cada vez mais permeada por linguagens multissemióticas e multimodais, capazes de construir conhecimentos, mas também de interferir e ferir o(s) outro(s) com discursos movidos pelo ódio, pelo preconceito e pela vontade crescente de manter o ponto de vista hegemônico, tentando insistentemente silenciar outros movimentos de pensar e representar a vida.

Portanto, as universidades precisam transformar os processos de ensino-aprendizagem e propor um novo olhar para a educação, de modo que seus agentes (professores e discentes) desenvolvam seus trabalhos focados na inclusão da comunidade no contexto acadêmico. Uma universidade pública inclusiva amplia, fortalece e facilita a formação de cidadãos verdadeiramente engajados na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5615>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, Tradução, Posfácio e Notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016 [1952-1953].
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017 [1920-1924].
- BERMÚDEZ, A. C. Após polêmica, Bolsonaro anuncia Ricardo Vélez Rodríguez para Educação. *UOL Notícias*, São Paulo, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/22/bolsonaro-anuncia-ricardo-velez-rodriguez-ministro-da-educacao.htm>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Zahar, 2018.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Rev. Antropol.* São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>. Acesso em: 04 nov. 2020.

COLEÇÃO Grandes Educadores Lev Vygotsky. 1 vídeo (44:39 min). Publicado pelo canal NPDGirassol. Texto Marta Kohl de Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T1sDZNSTuyE>. Acesso: 5 nov. 2020.

ESCOLA sem partido. *Sobre nós*. Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em: 26 nov. 2020.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de “desaprendizagem”: Redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editora, 2006. p. 45-65.

FABRÍCIO, B. F. Linguística aplicada e visão de linguagem: por uma INdisciplinaridade radical. *Rev. bras. linguist. apl.*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 599-617, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-63982017000400599&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 20 out. 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIAS, V. Acusado de homofobia, ministro da Educação é elogiado por Bolsonaro. *Jornal O Globo*, 29 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/acusado-de-homofobia-ministro-da-educacao-elogiado-por-bolsonaro-24666693>. Acesso em: 20 out. 2020.

FERRARO, M. Olavo de Carvalho chama Bolsonaro de ‘inativo e covarde’ e diz que derrubaria governo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/olavo-de-carvalho-chama-bolsonaro-de-inativo-e-covarde-e-diz-que-derrubaria-governo.shtml> Acesso em: 09 nov. 2020.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FURLANETTO, E. C. Formação de formadores: um território a ser explorado. *Psic. da Ed.*, n. 32. p. 131-140, 2011.

JENKINS, H. *Confronting the challenges of participatory culture: media education for the 21st Century*. Chicago: MacArthur Foundation, 2006.

JORNAL JANGADEIRO. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/educacao/os-melhores-recados-para-bolsonaro-dados-por-estudantes-em-forma-de-cartazes/> Acesso em: 28 jun. 2020.

KUMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

- MEDVIÉDEV, P. *O método formal nos estudos literários*: Introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina V. Américo e Sheila C. Grillo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].
- MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. In: Solano, E. G. (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 16-25.
- MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MONTE MÓR, W. Crítica e letramentos críticos: reflexões preliminares. In: ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. (org.). *Língua estrangeira e formação cidadã*: por entre discursos e práticas. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 31-50.
- MORAN, J. M. *A educação que desejamos*: novos desafios e como chegar lá. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007.
- OLIVEIRA, E. Abraham Weintraub: saiba quem é o novo ministro da Educação. *G1*, 08 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/abraham-weintraub-saiba-quem-e-o-novo-ministro-da-educacao.ghtml> Acesso em: 06 nov. 2019.
- PASSARINHO, N. Os ministérios mais cobiçados pelos políticos do Brasil, segundo pesquisa inédita de Oxford. *BBC Brasil*, Londres, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43218087> Acesso em: 07 nov. 2020.
- PENNYCOOK, A. *Critical applied linguistics*: a critical introduction. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.
- PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.
- POSSENTI, S. Diferenças condensadas em palavras. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S.l.], v. 24, n. 3, p. 1075-1099, dez. 2016. ISSN 2237-2083. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10959/pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- RIBEIRO, A. E. *Textos multimodais*: leitura e produção. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- RIBEIRO, M. M. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In: SOLANO, E. G. (org.). *O ódio como política*: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 87-93.
- ROJO, R.; BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola, 2015.

SEVERO, C. Por uma aproximação entre Bakhtin e Hannah Arendt. *Revista de Ciências Humanas*, v. 41, n. 1 e 2, 2007, pág. 59-81, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15622>. Acesso em: 28 set. 2020.

SHALDERS, A.; ALVIM, M. A crise que derrubou o ministro Vézé em 9 tuítes. *BBC News Brasil*, São Paulo, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47742413> Acesso em: 09 nov. 2020.

SPINOSA, B. *Ética: demonstrada à maneira dos geômetras*. Os Pensadores. Tradução Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Simões. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1934].

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.